

PROCESSO	3.031-7/2014
ASSUNTO	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
ÓRGÃO	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
EMBARGANTE	PAULO ROBERTO JORGE DO PRADO – Procurador-Geral de Justiça
ACÓRDÃO EMBARGADO	3.248/2015-TP
ADVOGADO	NÃO CONSTA
RELATORA	CONSELHEIRA INTERINA JAQUELINE JACOBSEN MARQUES

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos pelo Senhor **PAULO ROBERTO JORGE DO PRADO**, buscando o saneamento da suposta contradição ocorrida no Acórdão 3.248/2015-TP, resultado do Julgamento das Contas Anuais de Gestão, do exercício de 2014, da Procuradoria Geral de Justiça.

Alegou o embargante que, no voto condutor do referido Acórdão, a Conselheira Relatora trouxe a fundamentação referente à Controladoria Interna da PGJ, no sentido de que não há irregularidade ou prejuízo das atribuições do Controle Interno.

Porém, apesar de toda fundamentação a Relatora votou no sentido de aprovar as Contas Anuais de Gestão da Procuradoria Geral de Justiça com determinação legal, o que, segundo o Embargante traduz em contradição entre a fundamentação e a decisão de mérito.

Por fim, requereu o provimento dos Embargos de Declaração, com efeitos infringentes, sanando assim a contradição apontada.

PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Na forma regimental, o Ministério Público de Contas, por intermédio do

Parecer 6.263/2015, subscrito pelo procurador, Gustavo Coelho Deschamps, opinou pelo **conhecimento** dos Embargos de Declaração com efeitos infringentes, a fim de retificar o Acórdão 3.248/2015-TP, afastando a determinação legal e julgamento das Contas Anuais de Gestão regulares com quitação plena.

É o relatório.

Cuiabá, 19 de novembro de 2015.

(Assinatura digital)

Jaqueline Jacobsen Marques

Conselheira Interina

Relatora

(Portaria 001/2015, DOC 538, de 05/01/2015)